

**CICDR: "Comissão para a Igualdade pronuncia-se sobre operação "Oriente""**

Publicado em 11-04-2006

Tema: [Notícias](#)

A Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial após pedido de esclarecimentos quanto à operação de inspecção a 130 restaurantes chineses (Operação Oriente) no passado dia 30 de Março, resolveu tomar uma posição pública sobre o assunto, com o apoio unânime dos seus membros.

Posição da CICDR sobre a "Operação Oriente" de inspecção de 130 restaurantes chineses desenvolvida pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

1. A Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) teve conhecimento, através da comunicação social da realização, pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), de uma denominada "Operação Oriente" que teve como alvo a inspecção a 130 restaurantes chineses, no passado dia 30 de Março.
2. O critério de selecção dos alvos a inspecionar em função da nacionalidade e a intencionalidade de forte impacto mediático, evidenciado pelo convite a vários meios de comunicação social para acompanharem a operação, mereceu a maior apreensão desta Comissão, pelo potencial efeito xenófobo e estigmatizante para toda uma comunidade estrangeira, nomeadamente para uma das suas principais actividades económicas.
3. De imediato, entendeu a CICDR pedir esclarecimentos à ASAE sobre esta operação, nomeadamente sobre elementos que configurariam eventualmente o desrespeito pelo princípio da igualdade e uma hipotética discriminação.
4. Em tempo útil, a ASAE prestou alguns esclarecimentos, afirmando que "não escolheu restaurantes chineses mas sim locais de venda de comida chinesa independentemente de quem é o proprietário do estabelecimento comercial" e que a "escolha de locais de venda de comida chinesa tem a ver exclusivamente com o elevado número de consumidores, com as denúncias e queixas apresentadas e a preocupação de defender os consumidores, no âmbito da saúde pública".
5. Refere-se igualmente que "no passado a ex-IGAE terá efectuado diversas acções de fiscalização a estabelecimentos com venda de produtos chineses" e que "a decisão de efectuar operações temáticas tem, exclusivamente em conta, a indispensabilidade de preparar as equipas para a efectivação de actividades inspectivas de qualidade, na defesa do consumidor e na livre concorrência dos operadores".

Neste contexto, entende a CICDR:

1. Reconhecer o papel indispensável de serviço público prestado pela ASAE na defesa do consumidor e na livre concorrência, através de legítimas iniciativas de inspecção, no quadro das suas competências.
  2. Reafirmar que todas as actividades económicas, independentemente da origem dos seus proprietários, funcionários ou clientes ou de referência a características culturais ou nacionais, estão sujeitas à lei, sendo iguais perante ela. Nada nem ninguém está acima da lei; mas ninguém pode ser particular alvo da lei, nomeadamente em função de uma referência de nacionalidade.
  3. Criticar o critério "nacionalidade" utilizado pela ASAE para selecção dos alvos - locais de venda de comida chinesa - a inspecionar numa acção de nível nacional. Sendo a "nacionalidade" o factor comum a todos os alvos de inspecção, tal configura uma opção errada e potencialmente indutora de preconceitos quanto a uma actividade económica em geral, desenvolvida por uma comunidade imigrante em Portugal.
  4. Condenar o facto de, em tal operação, se ter pretendido um largo impacto mediático, através do envolvimento de várias equipas de comunicação social, que potenciariam em muito a acção. Neste caso, essa intenção prévia, configurada no convite para o acompanhamento da operação foi, no mínimo, imprudente face ao risco de estigmatização de uma comunidade imigrante.
- Acresce que tal opção levanta mesmo a questão do risco de enviesamento da actividade inspectiva, em função da necessidade de corresponder às expectativas criadas pelo convite à comunicação social.
5. Notar que na mesma ocasião - 28 e 29 de Março - foi realizada uma operação designada "Padarias e Pastelarias", sobre 146 estabelecimentos que não teve a equivalente cobertura mediática, não sendo evidente na comunicação social que tenham sido convidados pela ASAE jornalistas para acompanharem essa operação.

6. Lamentar que na informação divulgada pela ASAE, nomeadamente nos comparativos feitos, se tenha referido exclusivamente a maior taxa de incumprimento encontrada nos restaurantes chineses (89% vs. 41%) face a outras operações congéneres e não se tenha referido que na operação "Padarias e Pastelarias" foi apreendido o dobro de alimentos que não se encontravam em condições(5,2 Ton. vs. 2,4 Ton.).

7. Lamentar o impacto negativo sobre toda a actividade de "locais de venda de comida chinesa" que, segundo a Liga dos Chineses em Portugal, atinge 35 a 50% de quebras nas vendas o que configura um largo prejuízo causado a centenas de estabelecimentos de restauração pelo impacto da Operação Oriente.

8. Reafirmar que a comunidade chinesa e as suas actividades económicas, são bem-vindas em Portugal, sendo detentoras de direitos e deveres que deverão ver cumpridos e cumprir, em todas as circunstâncias.

9. Encorajar a ASAE a prosseguir a sua actividade inspectiva no quadro de um estrito respeito pela igualdade e sendo particularmente sensível aos efeitos xenófobos ou racistas decorrentes de operações que desenvolva, evitando para tal qualquer referência à nacionalidade dos produtos/serviços/estabelecimentos inspeccionados.

Lisboa, 10 de Abril de 2006

Notícias relacionadas:

- [Chineses: Comissão Igualdade critica critério adoptado na inspecção restaurantes;](#)
- [Chineses acusam fiscalização de gerar xenofobia;](#)

## Notícias relacionadas

### **CICDR: Chineses: Comissão Igualdade critica critério adoptado na inspecção restaurantes**

Publicado em 12-04-2006

Tema:

Segundo uma notícia recente da Agência Lusa a "Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial criticou a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) por ter adoptado o critério "nacionalidade" na inspecção efectuada aos restaurantes chineses.

No âmbito da "Operação Oriente" realizada no passado dia 30 de Março em todo o país, a ASAE encerrou 14 estabelecimentos e detectou irregularidades em 113 de 130 estabelecimentos investigados.

De acordo com a ASAE, dez dos restaurantes fechados eram da região de Lisboa, três na zona Centro e um no Alentejo.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), organismo do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, teve conhecimento da inspecção aos restaurantes chineses através da comunicação social e decidiu pedir esclarecimentos à ASAE pelo "potencial efeito xenófobo".

Numa posição pública, a CICDR critica o critério "nacionalidade" utilizado pela ASAE para selecção dos alvos a inspecionar numa acção de nível nacional. "Sendo a nacionalidade o factor comum a todos os alvos de inspecção, tal configura uma opção errada e potencialmente indutora de preconceitos quanto a uma actividade económica em geral, desenvolvida por uma comunidade imigrante em Portugal", refere a CICDR.

A comissão lamenta igualmente que a ASAE tenha referido que na fiscalização realizada aos restaurantes chineses se tenha registado a maior taxa de incumprimento face a outras operações semelhantes.

O organismo também condenou o impacto mediático da operação através do envolvimento de várias equipas de comunicação social.

A "intenção prévia, configurada no convite para o acompanhamento da operação foi, no mínimo, imprudente face ao risco de estigmatização de uma comunidade imigrante", considera a estrutura.

Adianta que na mesma semana foi realizada uma operação designada "Padarias e Pastelarias" a 146 estabelecimentos e não teve a mesma cobertura mediática.

A comissão lamenta ainda "o impacto negativo" sobre toda a actividade, já que segundo a Liga dos Chineses em Portugal os restaurantes sofreram uma quebra entre 35 a 50 por cento nas vendas depois da inspecção.

Na posição pública, a CICDR destaca que a comunidade chinesa e as suas actividades económicas são "bem-vindas em Portugal" e reconhece o "papel indispensável" do serviço público prestado pela ASAE.

"Todas as actividades económicas, independentemente da origem dos seus proprietários, funcionários ou clientes ou de referência a características culturais ou nacionais, estão sujeitas à lei, sendo iguais perante ela", diz ainda a comissão.

Por sua vez, a ASAE afirma que não "escolheu restaurantes chineses, mas sim locais de venda de comida chinesa independentemente de quem é o proprietário do estabelecimento comercial".

A "escolha de locais de venda de comida chinesa tem a ver exclusivamente com o elevado número de consumidores, com as denúncias e queixas apresentadas e a preocupação de defender os consumidores, no âmbito da saúde pública", refere a ASAE no esclarecimento prestado à comissão.

A ASAE diz ainda que a "decisão de efectuar operações temáticas tem, exclusivamente em conta, a indispensabilidade de preparar as equipas para a efectivação de actividades inspectivas de qualidade, na defesa do consumidor e na livre concorrência dos operadores". CMP."

Lusa

### **CICDR: Chineses acusam fiscalização de gerar xenofobia**

Publicado em 12-04-2006

Tema:

Uma notícia do Diário de Notícias, de 12 de Abril, revela que "a comunidade chinesa e a Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial (CICDR) acusam a Agência de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) de potenciar a xenofobia e a estigmatização dos chineses. Em causa a "Operação Oriente", dia 30 de Março, em que fiscalizaram apenas restaurantes chineses. O presidente da ASAE vai hoje almoçar a um restaurante chinês para apaziguar os ânimos.

António Nunes, o presidente da ASAE, irá a um restaurante chinês a convite de um conselheiro da Embaixada da China, que se deslocou à ASAE para protestar contra a "Operação Oriente". O descontentamento deve-se ao facto desta acção ter tido como alvo apenas estabelecimentos chineses e, para mais, com a televisão atrás, o que terá gerado quebras de 35% a 50% no negócio.

Os imigrantes chineses não gostaram da forma como decorreu a operação que consideram "discriminatória". "Não estamos contra as inspecções e até colaboramos, não negamos que há problemas. Mas porque é que só fiscalizaram os restaurantes chineses?", pergunta Y Ping Chow, administrador da Liga dos Chineses em Portugal.

Aquele dirigente é também membro da CICDR, organismo que protestou publicamente, numa carta ontem divulgada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Não os convenceu as explicações da ASAE sobre os alvos em função da nacionalidade e a mediatização da "Operação Oriente".

Os dirigentes da ASAE afirmaram à CICDR que não escolheram "restaurantes chineses mas sim locais de venda de comida chinesa independentemente de quem é o proprietário"; que a opção pela restauração chinesa se deve "às denúncias e queixas" e que "as operações temáticas" têm como objectivo uma actuação mais eficaz. Ao DN, sublinhou que ontem foram os chineses, amanhã poderão ser os argentinos ou os italianos.

A justificação não convence Y Ping Chow: "Lamentamos a proporção que as coisas tomaram. Ninguém pode contestar se levarem sempre a televisão e a imprensa e se todas as operações tiverem igual tratamento, mas não foi isso que aconteceu. Dois dias antes tinham feito a Operação Padarias e Pastelarias que não teve a mesma cobertura mediática, apesar de terem apreendido o dobro dos alimentos sem condições (5,2 toneladas contra 2,4 toneladas)".

Fonte da ASAE diz que esta operação também foi acompanhada por jornalistas, como tem acontecido com grande parte das inspecções desta estrutura, em funções desde 1 de Janeiro. "A mediatização tem um carácter pedagógico e mostra aos portugueses que alguém está atenta às leis", justifica.

Céu Neves  
Diário de Notícias